



COLEGIADA
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.

CONFERENCIA ABERTA

C.N.P.J. nº 61.695.227/0001-93

N.I.R.E. 35.300.050.274

**Ata da Reunião do Conselho de Administração
realizada em 23 de outubro de 2007**

1. **Data e Horário:** 23 de outubro de 2007, às 14:30 horas. **Local:** sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, nº 158, Vila Olímpia. **Mesa:** Britaldo Pedrosa Soares - Presidente e Bárbara da Cunha Xavier - Secretária. **Presença:** Presentes os Conselheiros: Britaldo Pedrosa Soares, Jeffery Atwood Safford, Lucio da Silva Santos, Pedro Roberto Cauvillia, Peter Greiner, Vito Joseph Mandilovich, Eduardo José Bernini e Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato. Presente, ainda, o Conselheiro Fiscal Ricardo Berer. **Convocação:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** 1-) Deliberar sobre a 11ª emissão pública de 20.000 (vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), nos termos da Instrução nº 400, da Comissão de Valores Mobiliários, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Emissão"); e 2-) Deliberar sobre a celebração de todos os contratos necessários para a Emissão, bem como a autorização à Diretoria para a prática de todos os atos necessários à Emissão. **Deliberações tomadas por unanimidade:** abertos os trabalhos, verificado o *quorum* de presença e validamente instalada a presente reunião, o Presidente justificou a 11ª Emissão no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que juntamente com a 10ª Emissão, de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), substituem, em condições financeiras mais favoráveis e compatíveis com a melhora do *rating* da Companhia, a 8ª Emissão de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), que será integralmente liquidada em 2007. Em seguida, submeteu à apreciação dos Conselheiros as matérias constantes da ordem do dia. Após colocadas as matérias em discussão e posterior votação, resultaram aprovadas pelos Conselheiros, sem quaisquer ressalvas ou restrições: (I) a aprovação da realização da Emissão, devendo os recursos captados na distribuição das Debêntures serem destinados, única e exclusivamente, para a realização de investimentos no sistema de distribuição pela Emissora. As Debêntures a serem emitidas terão as seguintes características: (a) Valor total da emissão: R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); (b)

RJP



Quantidade total de Debêntures: 20.000 (vinte mil); (c) Valor Nominal Unitário na data da emissão: R\$10.000,00 (dez mil reais); (d) Prazo e Data de Vencimento: 11 (onze) anos a contar de 01 de novembro de 2007 (“Data de Emissão”), com vencimento final em 01 de novembro de 2018; (e) Remuneração: as Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme previsto na Escritura Particular da 11ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária celebrada entre a Companhia e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (“Agente Fiduciário”) em 23 de outubro de 2007 (“Escritura de Emissão”). A taxa de juros aplicável às Debêntures será equivalente a 100,0% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra Grupo de um dia (“Taxa DI”), com base em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescida de *spread* de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (f) Preço de subscrição e forma de integralização: o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração referida no item (e) acima, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização; as Debêntures serão integralizadas à vista e em moeda corrente nacional no ato da subscrição; (g) Pagamento da Remuneração: o pagamento da remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 01 de maio de 2008 e o último pagamento em 01 de novembro de 2018 (“Data de Pagamento da Remuneração”); h) Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado: a Companhia poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, a qualquer tempo, até o 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, mediante publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data pretendida para pagamento da amortização. A amortização extraordinária poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da remuneração acima referida, calculada *pro rata temporis* acrescido de prêmio de 1,5% (um vírgula cinco por cento) e, a partir do 6º (sexto) ano, este prêmio decrescerá 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por ano remanescente, tendo como base os anos que faltam até o vencimento. Os recursos das amortizações extraordinárias serão aplicados *pro rata* para amortizar as parcelas vincendas. As Debêntures desta emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Companhia, observadas as disposições da Escritura de Emissão; (i) Vencimento Antecipado: As obrigações relativas às Debêntures podem ser declaradas antecipadamente vencidas na ocorrência de



qualquer um dos seguintes eventos, observadas as regras previstas na Escritura de Emissão: (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia, ou por suas controladas, diretas ou indiretas; (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, exceto a extinção, liquidação ou dissolução da (i) Metropolitana Overseas II Ltd., (ii) Eletropaulo Comercial Exportadora Ltda., e (iii) qualquer outra controlada, direta ou indireta, da Companhia desde que sua extinção, liquidação ou dissolução se realize em cumprimento das exigências relacionadas ao processo de desverticalização, conforme determinado pela Lei 10.848 de 14 de março de 2004; (c) falta de pagamento, pela Companhia, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento; (d) término, extinção ou transferência da concessão da Companhia para a exploração de serviços de distribuição de energia; (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, ou de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou global superior ao equivalente em reais a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos); (f) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão dentro de um prazo de 30 (trinta) dias de notificação do Agente Fiduciário a respeito do descumprimento; (g) alteração do controle acionário da Companhia que não resulte na AES Corporation ou no BNDES Participações S.A., ou ambos, como controladores (direta ou indiretamente) da Companhia; (h) cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Companhia, para a qual (i) não tenha sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; ou (ii) que não tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do § 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (i) declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; (j) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente em reais a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a Companhia tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, ou ainda (iii) tiver a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial; (k) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, cujo

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO E REGISTRO
SOM O NÚMERO CRISTIANEIDE SILVA P. CORREA
SECRETARIA GERAL

390.069/07-3